



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – SENAC-AR/RN

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 020/2017

Processo nº 143/2017

Objeto: Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada em locação, instalação e desmontagem para material e equipamentos para eventos institucionais do Senac/RN, incluindo deslocamento, nos municípios de Natal, Grande Natal e interior do Estado.

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – Nº 01, 02 e 03

Informamos que a Comissão recebeu pedidos de esclarecimentos concernentes ao Edital. Sendo assim, seguem respostas.

ESCLARECIMENTO Nº 01:

“Gostaríamos de aproveitar o ensejo e requerer os valores unitários e/ou total (is) dos lotes constantes no termo de referência, do edital enviado, conforme preceitua a Lei”.

RESPOSTA: A Comissão Permanente de Licitação do Senac/RN, pede vênica para, nas linhas seguintes, esclarecer sobre a natureza jurídica da Entidade e a gênese de suas contratações.

Nas palavras de Hely Lopes Meirelles, os Serviços Sociais Autônomos: “(...) São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (...) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias. (...) Essas instituições, embora oficializadas pelo Estado, não integram a Administração direta nem a indireta, mas trabalham ao lado do Estado, sob seu amparo, cooperando nos setores, atividades e serviços que lhes são atribuídos, por serem considerados de interesse específico de determinados beneficiários.”^[1]. Segundo a melhor e mais nova doutrina, são entidades de colaboração governamental.

Também, é importante assinalar que o Plenário do Tribunal de Contas da União, por meio das Decisões nº 907/1997 e nº 461/1998, consolidou a interpretação de que os Serviços Sociais Autônomos não estão sujeitos aos estritos procedimentos da Lei nº 8.666/1993 e sim aos seus regulamentos próprios, devidamente aprovados e publicados.

^[1] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 346.



Com essa decisão, o Conselho Nacional do Senac editou a Resolução nº 845/2006, alterada pela Resolução Senac nº 958/2012, destinada a disciplinar as contratações de obras, serviços, compras e alienações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

A licitação, no contexto do Senac, destina-se a selecionar as propostas mais vantajosas para a Instituição quando da contratação de serviços ou da adjudicação de bens. Para esse mister, será processada e julgada em estrita conformidade com ditames da Resolução Senac nº 958/2012 e segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

O Edital, consoante mandamento legal consagrado na jurisprudência e na prática normativa, é a própria lei interna do certame licitatório, obrigando-se a conter, em seu corpo, as cláusulas e as condições que assegurarão a eficácia de todos os princípios regentes da matéria a que se propõe. O Senac cuidou de estabelecer as condições para a licitação ora suscitada.

O comando normativo do Edital é incontestável. A sua aplicação, todavia, está circunscrita à exegese da Administração, através da Comissão de Licitação. No contexto do certame licitatório, é certo que o Edital faz lei entre as partes, sendo aplicado, contudo, em conformidade com a norma que o criou e em consonância, de forma subsidiária, com a legislação aplicável à espécie.

Portanto, em que pese a solicitação realizada, a Resolução nº 958/2012 do Senac não prevê a divulgação dos preços unitários e totais. O preço estimado da licitação foi devidamente divulgado, conforme item 2 do instrumento convocatório.

ESCLARECIMENTO Nº 02:

"9.1.4 Qualificação Técnica: 9.1.4.1 No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante prestou ou está prestando, satisfatoriamente e a contento, serviços similares e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme modelo sugerido no Anexo V, Documento 5.

Os atestados de capacidade técnica não terão que ser registrados no CREA? Tendo em vista que esse registro no órgão competente evita a fraude na emissão dos atestados, que poderá ser emitido por qualquer pessoa".

RESPOSTA: Não. O atestado a que se refere o item 9.1.4.1 diz respeito à comprovação de aptidão da empresa licitante, demonstrando que prestou ou está prestando serviço similar e compatível com o objeto do certame. O Atestado deverá ser apresentado em original, em papel timbrado do órgão declarante e contendo assinatura do representante legal.



ESCLARECIMENTO Nº 03:

"9.1.4.3 Exclusivamente para o Lote 03: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em nome do profissional responsável pela instalação e manejo dos equipamentos de sonorização (microfones, pedestais, cabos de áudio, mesa de som, computador, telas de projeção, projetor multimídia, computador, cabeamento).

A emissão de ART, só é feita quando o evento é realizado, ou seja, antes da montagem do evento. Essa documentação não seria a certidão de registro do CREA da empresa juntamente com o responsável técnico e o documento que comprove o vínculo deste com a empresa?"

RESPOSTA: Não. Deverá ser apresentada ART que demonstre a aptidão do responsável técnico em serviços anteriormente executados, similares e compatíveis com o objeto do certame.

Encaminhamos a todos os que solicitaram o Edital e disponibilizamos no site, levando em consideração que pode ser objeto de dúvida de outros interessados.

Como não foi registrada nenhuma alteração no objeto, fica mantida a data da abertura desta licitação.

Natal, RN, 02 de agosto de 2017.

Isaac Nilton de Souza

Comissão Permanente de Licitação do Senac/RN